

ANDRÉ GADANHO

Museu Arqueológico Municipal do Fundão

andre_gadanh@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5189-4583>

OS AGLOMERADOS SECUNDÁRIOS NO INTERIOR
DA *LUSITANIA*, E O CASO DO SÍTIO DA QUINTA DO ERVEDAL
(CASTELO NOVO, FUNDÃO)

THE SECONDARY SETTLEMENTS IN THE INTERIOR
OF *LUSITANIA*, AND THE CASE STUDY OF THE SITE
OF QUINTA DO ERVEDAL (CASTELO NOVO, FUNDÃO)
“Conimbriga” LIX (2020) p. 45-72

https://doi.org/10.14195/1647-8657_59_2

Texto recebido em / Text submitted on: 31/08/2019

Texto aprovado em / Text approved on: 17/01/2020

RESUMO: Analisa-se a problemática em torno do tipo de ocupação da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão), sítio que alguns investigadores afirmam tratar-se de um aglomerado secundário do tipo *vicus*. Procuramos aprofundar esta discussão, aferindo de que forma os dados epigráficos e arqueológicos disponíveis sobre os *vici* no interior da província da *Lusitania*, obtidos através das várias investigações que têm abordado a temática do povoamento rural em época romana na Beira Interior, suportam ou não esta tese.

PALAVRAS-CHAVE: Beira Interior; *vici*; *villae*; estabelecimentos rurais.

ABSTRACT: Here we analyze the issue surrounding the type of occupation of Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão), an archaeological site that some researchers claim to be a secondary settlement, namely a *vicus*. We seek to look further in this matter, assessing in which ways did the available epigraphic and archaeological data about *vici* in the inner region of the roman province of *Lusitania*, obtained through the several studies that have broached the subject of rural occupation in Beira Interior in roman times, support, or not, this thesis.

KEYWORDS: Beira Interior; *vici*; *villae*; rural settlements.

OS AGLOMERADOS SECUNDÁRIOS NO INTERIOR DA *LUSITANIA*, E O CASO DO SÍTIO DA QUINTA DO ERVEDAL (CASTELO NOVO, FUNDÃO)*

Introdução

A discussão que nos propomos a fazer neste artigo vem no seguimento da problemática em torno do tipo de ocupação do sítio da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão): corresponderá este a uma *villa*, ou a um *vicus*¹? Na nossa Dissertação de Mestrado (GADANHO, 2019), analisámos as importações cerâmicas e vítreas de cronologia romana para o sítio, tendo o debate em torno da sua ocupação sido abordada de forma breve e sucinta. Tencionamos aqui retomar essa linha de investigação e que não tivemos oportunidade de abordar nesse mesmo trabalho.

Não existe um consenso para a definição de *vicus*, já que vários autores apresentam diferentes conceitos; a temática da exploração e ocupação do território em época romana, em Portugal, ainda está pouco avançada do ponto de vista da investigação. Estes factores em nada contribuem para um melhor conhecimento dos aglomerados secundários, levando muitas vezes a classificações erróneas de sítios, ou várias propostas para um mesmo local. Para tal, fazemos aqui uma sinopse da informação disponível sobre os *vici* que nos são dadas pelas fontes clássicas, bem como pelos vários investigadores que têm trabalhado a temática da ocupação rural do território em período romano.

Analizamos também o estado da investigação sobre os *vici* no interior da província da *Lusitania*, em particular na Beira Interior, região em que se localiza a Quinta do Ervedal, procurando avaliar em que medida é possível avançar (para já) com a classificação de *vicus* para o sítio.

* Texto escrito no antigo acordo ortográfico.

¹ A proposta de *vicus* é extensamente debatida em ROSA, BIZARRO, 2014a; por sua vez, Pedro Carvalho interroga essa classificação (CARVALHO, 2016: 401-402).

Os aglomerados secundários (*vici*) – definições e problemáticas

Após a conclusão das operações militares romanas no Noroeste da Península Ibérica, nos fins do século I a.C., Augusto procedeu à reforma político-administrativa do território, da qual fez parte a criação da província da *Lusitania*, com capital em *Augusta Emerita* (atual Mérida) e o estabelecimento de *civitates*, unidades político-administrativas tendo como objectivo a gestão deste território (ALARCÃO, 1988: 28) (FIG. 1). No âmbito do povoamento do território em período romano, para além destes novos centros, existiam outras categorias de núcleos urbanos secundários: *oppida*, *vici* e *castella*. Estes não terão tido um estatuto jurídico-administrativo concreto. O termo *oppidum* poderia ser aplicado a uma cidade com estatuto municipal que, depois da sua elevação a *municipium*, deixaria de o usar, como foi o caso de *Ammaia*. O *castellum* seria uma designação mais frequente no Norte do nosso actual território do que no Sul e empregue em povoados de altura, como nos casos de Monte Mozinho ou *Tongobriga* (*Idem*: 77).

O progresso das investigações histórico-arqueológicas na Península Ibérica tem vindo a mudar a concepção original que se tinha, até aos anos 90 do século passado, da paisagem rural romana como um espaço ordenado e explorado economicamente pelas elites a partir das suas *villae*, que correspondiam a centros com funções habitacionais e de exploração agrícola. O conceito de *villa* como a única forma de exploração rural foi, entretanto, descartada em função de outros tipos de ocupação que, ainda assim, se tornam difíceis de distinguir no registo arqueológico. Para tal torna-se necessário, por vezes, recorrer às fontes textuais e epigráficas, levantamento que foi já realizado por alguns investigadores para a Península Ibérica (CHURCHIN, 1985; LE ROUX, 1992-1993).

A análise das fontes escritas fornece dados sobre a existência de vários tipos, ou formas, de ocupação, em período alto-imperial, relacionadas com a organização e controlo do território: o *pagus* consistia na unidade-base territorial onde se inseriam diferentes tipos de assentamentos rurais, como os *castella*, *vici*, *conciliabula* e *fora*, sítios possuidores de um certo grau de urbanismo, ainda que administrativamente inferiores à *civitas* (FERNÁNDEZ OCHOA *et Al.*, 2014: 114). A historiografia anglo-saxónica denominou estes aglomerados de *small towns*, a francesa de *agglomerations secondaires*, e a espanhola seguiu esta

última nomenclatura. Apesar deste ser um termo generalista, são por vezes nele englobados outras formas de ocupação rural, com designações variadas, o que dificulta a discussão científica sobre a problemática da ocupação rural em período romano, surgindo outras nomenclaturas como *fermes*, *sites modestes*, *villages*, *bourgs* em publicações francesas (COLLEONI, PETIT E SILLIÈRES, 2013: 217 *apud* FERNÁNDEZ OCHOA *et Al.*, 2014: 113); e quintas, casais e abrigos em publicações portuguesas (BUGALHÃO, 1998). Apesar dos investigadores que abordam a questão do povoamento rural romano procurarem uniformizar esta multitude de terminologias, as fontes escritas e epigráficas apresentam também elas vários termos latinos diferentes e que nem sempre se conseguem aplicar às realidades arqueológicas patentes no terreno (FERNÁNDEZ OCHOA *et Al.*, 2014: 113).

Sobre os *vici* rurais, um tipo de aglomerado secundário que iremos de seguida analisar mais detalhadamente, dois autores clássicos que discorreram acerca deste tipo de assentamento – os lexicógrafos *Sextus Pompeius Festus*² e *Isidorus Hispalensis*³ – forneceram-nos dados para uma possível interpretação destes locais. O primeiro menciona essencialmente aspectos do carácter jurídico-administrativo destes sítios, bem como a actividade económica que aqui seria desenvolvida:

(...) Denominam-se vici os estabelecimentos gerados nos campos que não tenham villae, tal como acontece entre os Marsos e os Pelignos. Entre estes vici, alguns formam uma comunidade pública e tem jurisdição própria, outras carecem de ambas as coisas; para além disto, a sua origem e principal ocupação consiste em serem locais de mercado periódico, e nomeiam cada ano, à semelhança dos pagi, os seus magistri. Em segundo lugar, também se chama assim aos grupos de edificios existentes no interior das cidades, distribuídos à face das ruas conformando uma subdivisão das regiões urbanas; são distintos entre si e, por este motivo, tem diferentes nomes próprios. Em terceiro lugar, o termo designa igualmente um edificio particular dentro de uma cidade, construído em terreno privado, disposto de forma que os

² Séc. II d.C.

³ Séc. VII d.C.

*inquilinos tenham entrada independente às suas respectivas habitações. A estes não se lhes chama vicani, nome reservado para os que habitam os vici urbanos e rurais (...)*⁴.

Isidorus, por sua vez, foca-se no reduzido estatuto jurídico-administrativo e dimensão destes espaços, em detrimento das cidades mais desenvolvidas. Quanto à sua estruturação, apesar da presença de ruas, a ausência de muralhas aparenta ser o factor que relega o *vicus* para o estatuto de “cidade secundária”:

*(...) Vici, castella e pagi carecem de qualquer classificação como cidade, estão habitados por uma singela reunião de pessoas, e, devido a esta condição menor são atribuídos às cidades maiores. O vicus chama-se assim porque é constituído por casas, tem ruas mas não tem muralhas; carecem de protecção que estas proporcionam. Também se denominam vici as casas de uma cidade. O vicus, portanto, é uma espécie de vice-cidade; conta com ruas mas carece de muralhas (...)*⁵.

Resumindo, e tendo por base estas duas referências clássicas, um *vicus* rural seria constituído por um agrupamento de casas, estruturado por arruamentos e desprovido de estruturas defensivas, nomeadamente muralhas, com estatuto jurídico e actividade económica própria, conjunturas que colocam estes espaços na condição de, como refere Isidoro, “vice-cidades” (MOREIRA, 2009: 88).

No momento de aplicar estes conceitos e definições à realidade arqueológica, a missão revela-se assim difícil. O conceito de *villa*, o tipo de povoamento mais bem desenvolvido do ponto de vista da investigação, definiu-se, de forma generalista, como a unidade básica de exploração agrícola de um território, podendo ser confundida com outras formas de ocupação rural, como os *vici*, pois o termo é normalmente aplicado quando surgem um ou mais edifícios, residenciais e agrícolas, no registo arqueológico. O *vicus*, como mencionado *supra*, constitui um aglomerado que providencia serviços administrativos, possuindo os seus próprios *magistri*, *praefecti*, e outros cargos municipais (LEVEAU,

⁴ *Festus: De verb. Sign.* Transcrição de MOREIRA, 2009: 88, a partir de tradução de Pérez Losada (2002: 27).

⁵ *Isid.: Etym.*, XV, 2, 11-12. Transcrição a partir de ALARCÃO, 1995: 388.

1993: 469), além de serviços económicos, religiosos e outros relacionados com a proximidade a vias de comunicação (GRENIER 1934 *apud* FERNÁNDEZ OCHOA *et Al.*, 2014: 114), características que, contudo, não são suficientes para definir com clareza o perfil arqueológico de um *vicus*. Do ponto de vista teórico, existem diferenças hipotéticas entre as *villae* e os *vici*, mas que, no entanto, não se reflectem a nível construtivo ou material (*Ibidem*).

Os aglomerados secundários do interior da Lusitania – estado da investigação

Para o actual território português, a intensificação, nos últimos anos, de projectos de prospecção e escavação em regiões como a Beira Interior⁶, entre outras, têm proporcionado novidades a nível dos dados arqueológicos e epigráficos, levando à reflexão sobre os vários níveis de aglomerados populacionais, temática que tem sido particularmente trabalhada por Jorge de Alarcão⁷. Este autor afirma, numa fase inicial da sua investigação sobre os *vici*, que estes seriam núcleos urbanos com estatuto jurídico-administrativo de menor relevância do que uma capital de *civitas*. Poderiam ter maiores dimensões, maior número de habitantes e maior atividade comercial ou industrial do que algumas capitais de *civitas*, como é o caso de Tróia (ALARCÃO, 1988: 77). Recorreu ainda a um critério de distâncias de estradas para possíveis locais de implantação destes aglomerados secundários, baseando-se no facto de que percorrer quinze ou vinte quilómetros por dia naquele período, tendo em conta os tipos de transporte disponíveis, seria uma distância apreciável e portanto, após percorrida essa mesma distância, seria necessária a existência de um sítio para paragem e descanso dos viajantes. Este local não precisava de ser necessariamente um *vicus*; bastava que providenciasse alojamento, alimentação, animais para muda, e artífices que prestassem reparações e assistência tanto para os veículos de transporte, como para os animais (*Idem*: 79).

⁶ De entre os principais contributos, destacam-se: SILVA, 2000; PERESTRELO; FERREIRA, 2000; CARVALHO *et Al.*, 2002; CARVALHO, 2003; CARVALHO, 2007; PERESTRELO, 2003; MARQUES, 2009.

⁷ O percurso investigativo de Jorge de Alarcão sobre esta temática foi objeto de síntese por Pedro Carvalho (2004: 121-140).

Posteriormente, o autor supracitado salientou a necessidade de se estabelecer, na ausência de escavações e em função somente dos vestígios presentes à superfície, uma hierarquia do povoamento rural, tendo para isso de se recorrer à discriminação dos diversos tipos de sítios encontrados no registo arqueológico. Para tal, propôs a distinção entre aglomerados urbanos principais (capitais de *civitates*), secundários (*vici* e *castella* principais) e terciários (*castella* menores e aldeias) (ALARCÃO, 1995: 387-388). Para a distinção de *vici*, aponta o seu posicionamento em relação a uma via principal; para as *villae*, propõe a presença de vestígios associados a termas e/ou mosaicos, bem como a presença de inscrições funerárias (*Idem*: 389). Mais tarde, manteve a distinção entre os três níveis de aglomerados populacionais: cidades, *vici*, tendo juntado todos os *castella* e as aldeias no terceiro nível; e distinguido as formas de povoamento disperso: *villae*, granjas e casais (ALARCÃO, 1998). Reitera também a existência de uma correlação entre a área de dispersão de materiais à superfície e o tipo de estação arqueológica, propondo que manchas entre os 100 e os 1000 m² poderão corresponder a um casal; 1000 a 5000 m² uma granja; entre os 5000 e os 25000 m² a uma *villa*; uma aldeia entre os 10000 e os 30000 m²; enquanto que se os vestígios ultrapassarem os 3 hectares, poderemos estar na presença de um *vicus* (*Idem*: 95-96). O tipo de achados é também relevante para esta classificação, como a ausência de materiais de importação em detrimento da cerâmica comum nas aldeias e o tijolo de coluna ou o “tosco fuste de pedra local” no caso das granjas (*Idem*: 96). Este conjunto de reflexões e propostas influenciaram vários estudos de povoamento realizados no nosso território ao longo dos anos, enquanto outros investigadores aprofundaram diferentes aspectos, fazendo ainda revisões e ajustes à metodologia de J. de Alarcão.

Pedro Carvalho (2004), por sua vez, afirma ser necessário ultrapassar a tradição histórico-culturalista de criar tipologias específicas para uma determinada região, de modo a chegar a um consenso entre os investigadores, para definir um quadro tipológico de identificação das várias formas de ocupação do espaço. Realça ainda a necessidade de identificar as variações e as harmonias do povoamento a uma escala supra-regional (CARVALHO, 2004: 126-127). O recurso à prospecção intensiva no terreno, com uma metodologia definida ao nível da recolha e registo dos dados, é uma ferramenta que pode fornecer dados essenciais, como a distância entre sítios, a aptidão dos solos para a prática agrícola, proximidade a cursos de água, e densidade de povoamento. Se

esta actividade for baseada somente em critérios pré-definidos, como a toponímia, geomorfologia, e informações orais, os resultados vão ser forçosamente parciais, pois só se irão identificar os sítios com maior dispersão de materiais à superfície e que, à partida, terão maior potencial arqueológico (*Idem*: 127-128). A examinação *in loco* destas áreas de dispersão de materiais serve também para despistar casos como uma mancha dispersa por uma vasta zona, mas que, na realidade, deverão ser várias ocupações próximas, mas descontínuas, evidenciando assim uma outra forma de povoamento. Os fenómenos pós-deposicionais naturais e culturais, como a lavra de um terreno agrícola, ou uso de uma área como lixeira, podem também influenciar a quantidade de vestígios patentes à superfície. É necessário ainda ter em conta factores como as características do terreno da zona a prospectar e a época do ano em que estas são efetuadas (*Idem*: 129-130).

Os aglomerados secundários do tipo *vicus* identificados como tal no nosso território são escassos e, não obstante, a sua classificação levanta várias dúvidas. Foram analisadas as referências epigráficas e arqueológicas referentes a *vici* e *castella* na província da *Lusitania*, das quais 14 remetem para *vici* (FERNANDES *et Al*, 2006). A maioria das inscrições testemunham dedicatórias colectivas de *vicani* a *Iuppiter Optimus Maximus* (*Idem*: 177-178); uma delas, na aldeia da Capinha (Fundão), indica ainda a *origo* de um defunto, fazendo também referência ao *vicus Talabara* (*Idem*: 171, nº 5). Voltaremos mais adiante a esta epígrafe e à sua (hipotética) relação com a Quinta do Ervedal.

Estas evidências localizam-se, em grande parte, no *conventus Emeritensis*, destacando-se dois núcleos principais: a Beira Interior e a província de Cáceres, não havendo, por exemplo, referências epigráficas ou literárias a *vici* na província da *Baetica*. Este fenómeno parece sugerir uma estreita relação deste tipo de aglomerados com as zonas menos romanizadas da *Hispania* (CARVALHO, 2007: 357-358). A maior parte das inscrições encontra-se actualmente desaparecida, sendo que outras terão sido, provavelmente, reaproveitadas em estruturas contemporâneas. Apenas uma foi encontrada *in situ*, num *lararium* identificado durante as escavações de *Centum Cellas*, fazendo referências a um *vicus*. Não existe, no entanto, um consenso em relação à classificação do sítio, uma vez que a responsável pelas intervenções afirma tratar-se de uma *villa* (FRADE, 2005), enquanto outros investigadores apontam para um complexo forense com um templo (GUERRA, SCHATTNER, 2010). Uma das outras 14 epígrafes mencionadas *supra*, encontrada

na povoação de Meimoa (Penamacor, Castelo Branco), destaca-se por ostentar uma dedicatória dos *vicani Venienses* ao Imperador Trajano, a quem se consagra um *campum pro salute*: uma área edificada na periferia do *vicus*, e que tinha por fim a realização de actividades ao ar livre e lazer, podendo incluir edificações, entre as quais edifícios termais (FERNANDES *et Al*, 2006: 171, 178-179). Este facto remete, como referido anteriormente, para a importância dos *vici* como centros religiosos, dado que a inscrição comprova a prática do culto imperial nestes espaços públicos. Por outro lado, é um testemunho da importância de algumas das estruturas presentes nestes aglomerados, já que o nível urbanístico patente nas capitais de *civitas* não alcançaria a imponência das cidades da região litoral da *Lusitania* (CARVALHO, 2003: 166-182). Do mesmo modo, a presença de aras monumentais dedicadas a divindades, conjuntamente com a fórmula *D.D.* (*Idem*: 173, nº 13), sugere a existência, no espaço do *vicus*, de um edifício destinado a colocar a ara, nomeadamente um templo ou templete (*Idem*: 179:180). Poderá ser este o caso de *Centum Cellas*, sítio onde se propõe estar o fórum e templo dos *Lancia Oppidana* (GUERRA, SCHATTNER, 2010)? De qualquer modo, este dado vem suportar a tese de que estes *vici* do interior da província possuiriam espaços religiosos e de culto, à semelhança de outros locais do Império (RORISON, 2001: 91 *apud* FERNANDES *et Al*, 2006: 180). Examinemos agora as evidências arqueológicas apresentadas para dois *vici* na Beira Interior.

Uma ara dedicada a *I.O.M.*, pelos habitantes de um *vicus*, encontrada na aldeia de Coriscada (Meda), sugere a presença de um *vicus Segoabonca* nas imediações do local. De facto, nas proximidades desta aldeia há dois sítios arqueológicos romanos que poderão corresponder a este espaço. Em Gravato/Vale de Mouros, identificou-se um hipocausto que foi associado a uma possível zona balnear (COIXÃO, 2004: 85). No entanto, e tendo em conta a dispersão e o tipo de materiais aqui presente (*tegulae*, *imbrices*, tijolos de grande dimensão, cerâmica comum, *dolia*, escória e alguma pedra aparelhada), dispersos por uma área de 9000 m², este sítio foi classificado como granja, ou possivelmente uma *villa* (FERNANDES *et Al*, 2006: 183). A presença de um edifício termal é, para Pilar Reis, compatível com esta última tipologia apesar de haver, do mesmo modo, espaços termais em sítios classificados como *vici* na província (REIS, 2004: 47-48). O outro sítio, a Quinta do Campo, apresenta uma grande mancha de vestígios à superfície e em redor desta, quatro outras áreas mais pequenas e descontínuas, que podem corres-

ponder a três pequenos núcleos rurais, e uma habitação de maiores dimensões (FERNANDES *et Al*, 2006: 183). A mancha principal apresenta à superfície material de construção, cerâmica comum, *dolia*, escória, e fragmentos de *terra sigillata* hispânica, hispânica tardia, e africana clara A e clara D, numa área de 65000 m², bem como bases e fustes de coluna, pedras de soleiras e, nos muros que circundam o sítio, silhares almofadados. Este tipo de vestígios arquitectónicos, a extensa área de dispersão, e os núcleos menores na envolvente do sítio, além da sua localização a cerca de 10 quilómetros da capital dos *Aravi* (Marialva, Meda), são condições favoráveis à classificação deste sítio como *vicus* (*Idem*: 184-185).

Uma das 6 aras votivas identificadas na Quinta de São Domingos (Pousafoles do Bispo, Sabugal) faz menção aos seus dedicantes, os *vicani Ocelonenses* sendo que, no entanto, a localização deste *vicus* é ainda desconhecida para os investigadores. Coloca-se a hipótese dos dedicantes terem vindo de outra zona para aqui erguerem o monumento num espaço de culto, talvez do Ferro (Covilhã), a cerca de 30 quilómetros, onde o achado de uma outra ara votiva faz referência a um povoado, *Ocelum*. Poderão ainda ser oriundos de um assentamento que se poderia localizar na própria Quinta de São Domingos (*Idem*: 186-187). De facto, neste último, uma área de grande potencial agrícola e irrigado por vários cursos de água, encontra-se uma mancha de vestígios arqueológicos dispersos por mais de 3 hectares, onde surgiu cerâmica de construção e comum, *terra sigillata*, numismas, objectos metálicos e pias e lagaretas escavadas na rocha. Apesar da ausência de inscrições funerárias, algo que não é usual num aglomerado secundário (ALARCÃO, 1995: 389), a quantidade e qualidade destes materiais são dados apontados para a existência de um importante núcleo desse tipo (SILVA, 2000: 28-29).

Pedro Carvalho, tendo por base uma metodologia específica de prospecção intensiva no terreno, assente nas premissas já mencionadas anteriormente, procurou identificar e definir o modelo de ocupação e exploração da Cova da Beira⁸ em época romana. Através dos trabalhos de campo efectuados, conseguiu inventariar 320 sítios, 2 dos quais classificou como sendo seguramente *vici* (CARVALHO, 2007: 290). Um deles

⁸ Zona constituída pelo vale formado pela encosta sul da Serra da Estrela e a encosta norte da Serra da Gardunha.

é o *vicus Venia*, na Meimoa, já mencionado no decurso deste artigo. O autor acrescenta, no entanto, dados adicionais à discussão, nomeadamente a partir da identificação de duas importantes explorações auríferas na Presa e no Covão do Urso, que distam cerca de 6 quilómetros desse aglomerado. Este *vicus* poderia constituir uma representação do poder imperial, destinado a controlar a exploração mineira aqui efectuada, teoria para a qual contribui a ara em honra do Imperador Trajano aqui encontrada (*vd. supra*), e que poderá corresponder a uma retribuição dos habitantes, justificada pela obtenção de ganhos provenientes desta actividade (*Idem*: 363-364). Outro aglomerado secundário do tipo *vicus* coincide parcialmente com a actual povoação da Capinha, que se situava na via imperial que partia da *Egitania*, capital de *civitas* (actual Idanha-a-Velha), para Norte, e com vários núcleos rurais em seu redor. Na Capinha identificaram-se quatro inscrições funerárias e duas votivas, uma das quais apresenta o epíteto *Arbariaico*, que poderá ser uma derivação do próprio nome do sítio, *Arbaria* (*Idem*: 359).

Todos estes trabalhos, porém, incidiram sobretudo na região entre a encosta Sul da Serra da Estrela e a Norte da Serra da Gardunha. O sítio da Quinta do Ervedal, que observaremos de seguida, situa-se a Sul da Cova da Beira, onde infelizmente não há estudos significativos sobre o povoamento rural em época romana, o que dificulta a compreensão da sua dinâmica de ocupação.

O sítio da Quinta do Ervedal

Desde o século XVIII que as fontes escritas aludem a uma “cidade romana” na encosta Sul da Serra da Gardunha, nas imediações da vila de Alpedrinha (Fundão, Castelo Branco), registando “Petrata” como sendo o topónimo desse sítio. Já nas suas imediações existiria um núcleo populacional mais pequeno, “Petratínia”, que para o Padre Luís Cardoso se situaria nas proximidades, nomeadamente no sítio do Carvalhal Redondo (Castelo Novo, Fundão), onde se encontraram vários vestígios de época romana (CARDOSO, 1747-1751: 358 *apud* ROSA, BIZARRO, 2014a: 8). Vários investigadores têm refutado estes topónimos, bem como a existência destes locais. Porém, com a realização de escavações arqueológicas na Quinta do Ervedal, iniciadas em 2007, onde se identificou um sítio de cronologia romana, esta discussão foi novamente retomada pelos signatários das mesmas.

A Quinta do Ervedal situa-se na freguesia de Castelo Novo (Fundão), próximo da Ribeira de Alpreade (FIG. 2). As primeiras referências ao local são-nos fornecidas por Tavares Proença Júnior (PROENÇA, 1907: 178), após a descoberta de uma epígrafe funerária, aqui encontrada em 1892. O sítio está ainda associado a uma importante descoberta efectuada em 1930: um depósito de fundidor do Bronze Final, constituído por 43 peças em bronze (ROSA, BIZARRO, 2008b: 149). A ocupação do sítio poderá inclusive remontar à Pré-História Recente, facto comprovado pela descoberta de diversos artefactos líticos no local (*Ibidem*).

A área de dispersão de materiais à superfície, cerca de 10 hectares, constituída por restos de elementos arquitectónicos e fragmentos de cerâmica, bem como os vestígios de um lagar escavado na rocha, a par da notícia da descoberta de um tesouro numismático, em data incerta, de mais de 400 moedas, atribuiu enorme importância ao sítio, e motivou a equipa do Museu Arqueológico do Fundão a intervencioná-lo, de forma a procurar compreender que tipo de vestígios ali estavam presentes (*Idem*: 151-152). Os primeiros trabalhos revelaram uma quantidade significativa de escória, cadinhos de fundição e uma grande quantidade de moedas, datadas dos séculos II a IV d.C. As estruturas descobertas, constituindo compartimentos de um mesmo edifício, foram inicialmente interpretadas como espaços para práticas do foro privado (ROSA, BIZARRO, 2008b: 160). Posteriormente, com o decorrer das escavações e a identificação de mais estruturas no local, colocou-se a hipótese do espaço estar relacionado com actividades comerciais, nomeadamente *tabernae* (ROSA, BIZARRO, 2014a: 45-46).

Nas campanhas posteriores, identificaram-se dois grandes complexos termais, que têm sido o principal alvo dos trabalhos arqueológicos. Um dos edifícios, o *balneum* I (FIG. 4 e 5), está possivelmente associado a uma *domus*, que se desenvolve para Este. Tem cinco salas sobre hipocausto, um *alveus*, e um *apodyterium* onde se detectaram restos de um pavimento em mosaico com motivos geométricos. O outro edifício, o *balneum* II (Figs. 6 e 7), teria quatro salas aquecidas, duas das quais com pavimento em *opus tessellatum*. Seria um espaço imponente, delimitado por dois muros justapostos com cerca de 1,2 metros de largura. As suas dimensões apontavam para uma possível funcionalidade de carácter público, enquanto que o *balneum* I, distando cerca de 30 metros deste espaço, teria uma funcionalidade privada (*Idem*: 52).

Em ambos os espaços termais foi identificada uma expressiva quantidade de materiais: cerâmicas de paredes finas, *terra sigillata*

sudgálica, hispânica e africana; ânforas; lucernas; objectos em bronze e numismas. Estes indicam uma ocupação continuada do espaço entre o século I d.C. e o IV d.C. (*Idem*: 46-58). Um estudo recente e mais aprofundado destes materiais cerâmicos (GADANHO, 2019), permitiu assinalar o início destas importações para o sítio na 1ª metade do séc. I d.C. e que se prolongam, pelo menos, até aos meados do V d.C. Destaca-se, pela sua origem produtiva exterior à *Hispania*, a presença de *terra sigillata* de tipo itálico, *sigillata* africana⁹, cerâmica de engobe vermelho pompeiano, bem como um exemplar de ânfora da *Campania*.

O sítio foi inicialmente interpretado como uma ocupação de carácter privado, do tipo *villa* (*Idem*: 58). No entanto, outros factores que enunciaremos de seguida, e tidos em conta pelos responsáveis pela escavação do sítio, levaram os mesmos a ponderarem a sua classificação tipológica.

Através da prospecção sistemática na área em redor da Quinta do Ervedal, no âmbito da elaboração da Carta Arqueológica do Fundão, identificaram-se 23 estações arqueológicas, distando entre si várias centenas de metros, igualmente de cronologia romana (*Idem*: 16) (FIG. 2). Estas formariam uma rede de povoamento, na encosta meridional da Serra da Gardunha, à semelhança do que se passa na vertente oposta (CARVALHO, 2007: 389, Mapa 13). A identificação de cerâmica comum, de armazenamento (*dolia*) e de construção (*tegulae*), fez com que se avançasse com a proposta de que estas constituiriam unidades habitacionais de tipo familiar. Além destes assentamentos, foram detectadas no terreno manchas de dispersão com materiais de cronologia romana, e associados a lagares escavados na rocha, evidenciando que estes espaços teriam como objectivo a exploração e aproveitamento dos solos, bem como a produção de azeite ou vinho (ROSA, BIZARRO, 2014a: 16-17). Uma recente proposta de traçado viário vem, da mesma forma, reforçar a importância da Quinta do Ervedal (FIG. 3). Um dos eixos viria de Castelo Branco, passando pela Atalaia e Torre dos Namorados¹⁰, sítio onde bifurcaria rumo à capital de *civitas*, Idanha-a-Velha¹¹

⁹ A produção de *sigillata* africana D (Tunísia) atinge valores bastante notórios de importação nos séc. IV-V d.C. Também do Norte de África identificaram-se aqui 2 exemplares de ânforas.

¹⁰ Sítio classificado como *vicus* (ÂNGELO, 2012).

¹¹ Na Torre dos Namorados foi encontrado um marco miliário, com a indicação da distância de XXII milhas até esta capital de *civitas* (ROSA, BIZARRO, 2014a: 22).

e através da Ponte de Alcântara chegava a *Augusta Emerita*. Uma outra via, vicinal¹², atravessaria Alpedrinha, indo até Alcongosta, dando acesso à Cova da Beira; passaria ainda na actual Ponte Velha, sob a ribeira de Alpreade, onde se conserva um troço de calçada, e que dista somente 800 metros do Ervedal (CURADO, 2013, ALARCÃO, 2013 *apud* ROSA, BIZARRO, 2014a: 22).

No sítio do Carvalhal Redondo, referido *supra* e situado próximo do Ervedal, surgiu uma epígrafe funerária que faz menção a um antropónimo, *Talabarius*. Já em Alpedrinha, a cerca de quatro quilómetros de Castelo Novo e a cinco da Quinta do Ervedal, foi recentemente encontrada uma ara votiva a Marte, com o mesmo antropónimo (*Idem*: 26-32). Fizemos referência anteriormente a um *vicus Talabara* na Capinha: Alarcão situou-o aqui inicialmente (1988: 78), e mais tarde em Castelo Novo, eventualmente no Carvalhal Redondo (2005). Este sítio foi associado a um *vicus*, mas posteriormente, com recurso somente à prospekção de superfície, analisando a área de dispersão e os materiais nela inseridos, essa proposta foi retirada (ROSA, BIZARRO, 2014a: 29).

A ribeira de Alpreade seria ainda, do ponto de vista jurisdicional e territorial, uma fronteira entre os *Igaeditani* e o *populus* que confinaria com este, à semelhança do que terá acontecido em época Medieval, quando este curso de água era o limite da Egitânia (*Idem*: 36). Confirmando-se esta hipótese, a Quinta do Ervedal, situada na margem esquerda deste rio, seria um ponto estratégico fundamental para o controlo do território, nomeadamente das vias e pontos que permitiam o acesso a cada um destes *populi*. O sítio com o topónimo Atalaia, na margem direita desse curso de água, poderá fazer alusão a um outro posto de controlo, mas já no lado oposto (*Idem*: 38-39).

Todo este conjunto de dados e hipóteses vieram levantar a possibilidade da Quinta do Ervedal corresponder a um aglomerado urbano de segunda categoria (*vicus*), em grande parte devido à extensa área de vestígios aqui encontrados, nomeadamente a nível de estruturas e dos materiais exumados, em comparação com os sítios em redor (*Idem*: 58-59). Além disso, com a eventual localização do *vicus Talabara* nas

¹² Fontes clássicas, nomeadamente o *Codex Justinianus* e o autor *Siculus Flaccus*, referem que estas vias passam por ou vão até aos *vici*, ou levam a vias públicas que, por sua vez, têm por destino os campos (MORENO MARTIN, 1997: 301-302 *apud* ROSA, BIZARRO, 2014a: 25).

imediações, comprovada pelo achado de duas epígrafes na zona envolvente, julga-se que este poderá corresponder ao sítio arqueológico do Ervedal (*Idem*: 64).

Considerações finais a respeito do tipo de ocupação da Quinta do Ervedal

A partir dos vários aspectos sobre os aglomerados secundários (*vici*) que temos vindo a enunciar no decurso deste texto, analisamos agora em que medida os dados disponíveis para a Quinta do Ervedal corroboram ou não a sua classificação como *villa*, a proposta avançada inicialmente para o sítio, ou como *vicus*, face às descobertas mais recentes, nomeadamente a ara dedicada a Marte encontrada em Alpedrinha, e com o progresso das campanhas de escavação no local.

As fontes clássicas focam-se sobretudo no estatuto administrativo e religioso destes locais, havendo nestes povoados edifícios associados a estas actividades. As estruturas exumadas até ao momento no Ervedal, dois complexos termais, de nada adiantam para a classificação tipológica do sítio, pois como já o referimos, tanto existem edifícios para banhos em *vici* (REIS, 2004: 47-48), como em *villae*. Poderemos, à semelhança do que existiria no *vicus Venia*, estar na presença de um espaço de lazer ao ar livre, do qual fariam parte estes dois espaços para banhos? Seria de esperar, caso existissem aqui este tipo de edifícios monumentais, vestígios dos mesmos à superfície e em alguma quantidade, como fragmentos de estátuas, silhares almofadados, fustes de colunas e outros elementos arquitectónicos. Tal não acontece, o que também não invalida que eles não tenham aqui existido. Estes materiais poderão ter sido levados pelos habitantes das povoações circundantes para reaproveitamento em estruturas mais recentes, o que pode justificar a aparente ausência destes vestígios¹³.

O caso da Quinta do Campo, na Coriscada (Meda), estação arqueológica a que se atribui a localização do *vicus Segoabonca*, mencionado na epigrafia, apresenta semelhanças com a Quinta do Ervedal,

¹³ Há informações orais que assim o indicam: em Castelo Novo, é possível observar em alguns muros silhares de pedra bem trabalhada, provavelmente de época romana. No entanto não é possível confirmar se este material constructivo será ou não oriundo da Quinta do Ervedal.

na medida em que os materiais que surgem à superfície no primeiro caso são semelhantes aos já encontrados no Ervedal (cerâmica comum, *dolia*, *sigillata* hispânica, hispânica tardia, africana A e africana D); já a área de dispersão de materiais à superfície é também ela idêntica. No entanto, quanto à análise destas manchas de dispersão, é necessário ter em conta, para além dos fenómenos pós-deposicionais como já falámos, que estas podem ser na realidade mais do que uma, e descontínuas (CARVALHO, 2004: 129-130).

Os dados fornecidos pelas intervenções na Quinta do Ervedal até ao momento não contribuem de forma clara e sem margem para dúvidas quanto à classificação da ocupação do sítio. A única epígrafe que pode ser associada ao local, recolhida algures na Quinta e desprovida de contexto arqueológico, é uma inscrição funerária, que nada faz mais do que revelar a onomástica indígena e latina de três gerações que terão habitado algures nesta zona (ROSA, BIZARRO, 2014a: 27-28). Do mesmo modo, os materiais aqui exumados não podem ser representativos do tipo de ocupação a que corresponderá este sítio, na ausência de mais estudos sobre centros de consumo no interior da *Lusitania*. Contudo, demonstram a sua total integração nas rotas comerciais vigentes em época romana, com a presença de produtos oriundos da Península Itálica e da Tunísia, a título de exemplo.

Não podemos, de igual forma, descartar os resultados da prospecção em redor do Ervedal: este seria, para já, o núcleo de maior importância nesta zona, enquanto que as estações circundantes corresponderão a pequenos núcleos unifamiliares. Constituiria este sítio um ponto aglutinador para os habitantes em seu redor, onde nomeadamente existiriam os serviços administrativos e religiosos mencionados nas fontes? Estaria associado a algum tipo de exploração mineira, ou de outro recurso, na Serra da Gardunha? Identicamente, tomando como verosímil que aqui passasse a via vicinal, o que parece ser bastante certo tendo em conta o traçado de calçada identificado nas proximidades, aliado ao facto do Ervedal se situar possivelmente na fronteira territorial entre dois *populi*, a importância do sítio sai reforçada. Não é também de descartar a hipótese de que o sítio fosse inicialmente uma estação de muda e/ou de descanso (ALARCÃO, 1988:79), se tivermos em conta o seu posicionamento na rede viária da região. Posteriormente, poderá ter-se desenvolvido e visto aumentar o seu número de habitantes, até se tornar um *vicus*.

Voltemos novamente o caso do Carvalhal Redondo e do *vicus*

Talabara. É possível que a inscrição surgida na Capinha, mencionando este *vicus*, possa indicar a sua presença neste local. Da mesma forma, pode-se tratar também de um originário deste aglomerado que se mudou para um outro assentamento, tendo sido feita a questão de, no momento de escrever o seu epitáfio, fazer menção à sua origem. Assim, não devemos excluir que *Talabara* se tenha situado em Castelo Novo, nomeadamente na estação arqueológica de Carvalhal Redondo, como propôs Jorge de Alarcão, tendo em conta esse ser o local do achado da ara. A sua classificação como *vicus* foi posteriormente retirada, apenas com base somente na análise da mancha de dispersão de materiais. No entanto, já várias vezes ao longo deste texto referimos os “perigos” da classificação de sítios baseados meramente em prospecções de superfície. Acreditamos, tendo em conta os vestígios que aqui surgiram, juntamente com as menções à “Petratínia” das fontes escritas, que este local mereceria uma investigação mais aprofundada, nomeadamente com o cruzamento de dados obtidos tanto em prospecção como na escavação do mesmo, para aferir a verdadeira dimensão do local e sua possível tipologia.

Cremos que todos estes dados ainda não são suficientes para confirmar o estatuto do sítio da Quinta do Ervedal, tendo em conta a reduzida área escavada nas várias intervenções arqueológicas, bem como na ausência de dados epigráficos exumados *in situ* que atestem esta suposição. No entanto, este é sem dúvida um ponto de ocupação em período romano de alguma importância, devido à sua posição estratégica, variedade e quantidade de espólio aqui exumado, bem como a arquitectura das estruturas postas já a descoberto até ao momento. A continuidade da investigação do sítio, nomeadamente com o prosseguimento das campanhas de escavação no local, irá com certeza fornecer dados adicionais tanto para a sua compreensão como para o conhecimento da ocupação da Beira Interior em época romana.

AGRADECIMENTOS

Não queríamos deixar de agradecer à equipa do Museu Arqueológico Municipal do Fundão, nomeadamente à arqueóloga Joana Bizarro pela cedência de bibliografia sobre as intervenções na Quinta do Ervedal, bem como das fotografias e plantas do sítio que figuram neste artigo.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, J. (1998) – A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal, *Conimbriga*, 37, pp. 89-119.
- ALARCÃO, J. (1995) – Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre-Douro-e-Minho, *Biblos*, 71 pp. 387-401.
- ALARCÃO, J. (2005) – Ainda sobre a localização dos povos, referidos na inscrição da ponte de Alcântara, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia (2.ª Jornadas de Património da Beira Interior)*, Guarda.
- Alarcão, J. (2013) - *A Beira Baixa. Terra tomada sem guerra*, Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos de Coimbra e Porto.
- ÂNGELO, M. (2012) – *Torre dos Namorados (Quintas da Torre, Fundão) – Do aglomerado urbano secundário romano (?) à Comenda Medieval*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese policopiada.
- BUGALHÃO, J. (1998) – O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da Arqueologia preventiva, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (2), pp. 123-136.
- CARVALHO, P. (2003) – O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjaís, Covilhã) e a sua integração num território rural, *Conimbriga*, 42, pp. 153-182.
- CARVALHO, P. (2004) – Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano, in LOPES, M.; VILAÇA, R. (coord.), *O Passado em cena: narrativas e fragmentos. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão*, Coimbra/Porto: CEAUCP, pp. 121-140.
- CARVALHO, P. (2007) – *Cova da Beira. Ocupação e exploração do território na época romana*, Conimbriga, Anexos 4, Ed. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, P. (2016) – O final do Mundo Romano: (des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo das paisagens rurais do interior Norte da Lusitânia, in ENCARNAÇÃO, J.; LOPES, M.; CARVALHO, P. (coord.), *A Lusitânia entre romanos e bárbaros*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 397-436.
- CARVALHO, P.; RIBEIRO, C; SILVA, R.; ALMEIDA, S. (2002) – Povoamento rural romano ao longo da ribeira de Meimosa – Fundão (1.ª campanha de prospecção intensiva), *Conimbriga*, 41, pp. 127-152.
- COIXÃO, A. (2004) – Alguns subsídios para o estudo da romanização na área do concelho da Meda, *Côavisão: Cultura e Ciência*, 6, pp. 83-95.
- CURADO, F. (2013) – Notas sobre dois miliários prismáticos, de Augusto (23 a.C.), da região da Guarda, *Sabucal – Revista do Museu do Sabugal*, 5.
- CURCHIN, L. A. (1985) – Vicus and pagi in Roman Spain, *Revue de Études Anciennes*, 87 3-4, pp. 327-343.
- FERNANDES, L.; FERREIRA, M.; OSÓRIO, M; PERESTRELO, M. (2006) – Vicus e castellum na provincia Lusitania, notas epigráficas e arqueológicas, *Conimbriga*, 45, pp. 165-198.

- FERNÁNDEZ OCHOA, C., ZARZALEJOS PRIETO, M. & SALIDO DOMÍNGUEZ, J. (2014) – Las formas de ocupación rural en Hispania. Entre la terminología y la praxis arqueológica, *CuPAUAM*, 40, pp. 111-136.
- FRADE, H. (2002) – *Centum Cellas: Uma villa romana na Cova da Beira*, Coimbra, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Coimbra, Tese policopiada.
- GADANHO, A. (2019) – *Consumo de cerâmicas finas e suas imitações, vidros, e ânforas no sítio romano da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão) – análise tipológica e estratigráfica*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese policopiada.
- GUERRA, A.; SCHATTNER, T. (2010) – El foro y el templo de *Lancia Oppidana*: nueva interpretación de *centum celas* (Belmonte), in NOGALES BASARRATE, T. (coord.), *Ciudad y foro en Lusitania Romana*, Museo Nacional de Arte Romano, pp. 333-342.
- LE ROUX, P. (1992-1993) – Vicus et Castellum en Lusitanie sous l’empire, *Studia Historica, Historia Antigua*, 10-11, pp. 151-160.
- LEVEAU, P. (1993) – Territorium urbis. Le territoire de la cité romaine et ses divisions: du vocabulaire aux réalités administratives, *Revue de Études Anciennes*, 95 3-4, pp. 459-471.
- MARQUES, A. (2011) – *A ocupação romana na bacia de Celorico*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território (Arqueologia Romana) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese policopiada.
- MOREIRA, A. (2009) – *Castellum Madae: formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave*, Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Santiago de Compostela, Tese policopiada.
- MORENO MARTÍN, F. (1997) – Ocupación territorial hispano-romana. Los vici: poblaciones rurales, *Espacio. Tiempo e Forma*, Serie II Historia Antigua, 10, pp. 295-306.
- PERESTRELO, M. (2003) – *A romanização na bacia do Rio Côa*, Ministério da Cultura – Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- PERESTRELO, M.; FERREIRA, M. (2000) – Povoamento romano na bacia da ribeira de Massueime (Guarda): alguns subsídios, in *Beira Interior: História e Património – Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior*, pp. 97-120.
- PÉREZ LOSADA, F. (2002) – Entre a Cidade e a Aldeia. Estudio arqueohistórico dos “aglomerados secundários” romanos en Galicia, *Brigantium*, vol. 13, A Coruña.
- PROENÇA, F. (1907) – Inscrições romanas do concelho de Castelo Branco, *O Arqueólogo Português*, 12.
- REIS, M. (2004) – Las Termas y Balnea Romanos de Lusitania, *Studia Lusitana I*, Mérida.
- RORISON, M. (2001) – *Vici in Roman Gaul*, British Archaeological Reports, International Series 933, Oxford.

- ROSA, J.; BIZARRO, J. (2008) – Escavações arqueológicas na Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão). Análise preliminar (Campanha de 2007), *Ebvrobriga 5*, Museu Arqueológico Municipal José Monteiro do Fundão.
- ROSA, J.; BIZARRO, J. (2014a) – *A Urbs Romana da Encosta Meridional da Serra da Gardunha*, Fundão: Editorial Capitulum.
- ROSA, J.; BIZARRO, J. (2014b) – O Vicus romano da encosta meridional da Serra da Gardunha na tradição historiográfica e na Arqueologia, in *Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco*.
- SILVA, M. (2000) – *O Povoamento Romano do Vale Superior do Rio Cóa*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese policopiada.

FONTES LITERÁRIAS CLÁSSICAS

Sextus Pompeius Festus, De verborum significatu
Isidorus Hispalensis, Etymologiae



FIG. 1 – As províncias e conventus da Hispânia (ALARCÃO, 1988: 40).

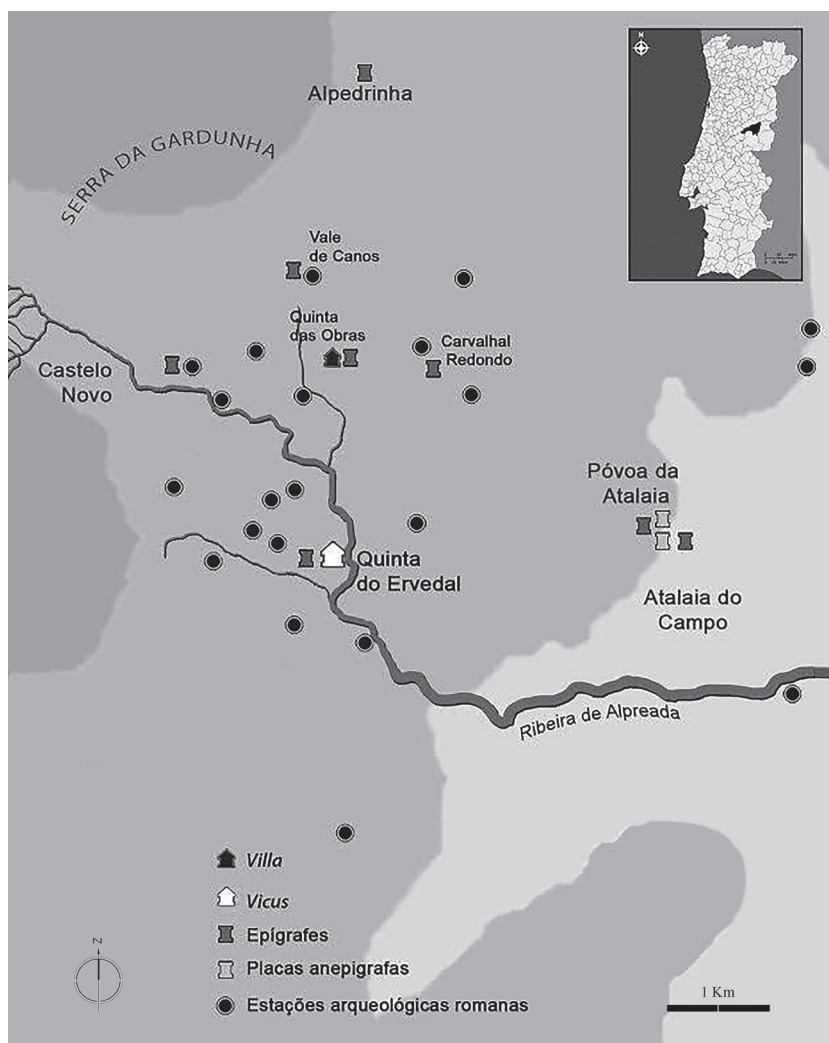


FIG. 2 – Estações arqueológicas em redor da Quinta do Ervedal (ROSA, BIZARRO, 2014: 17).

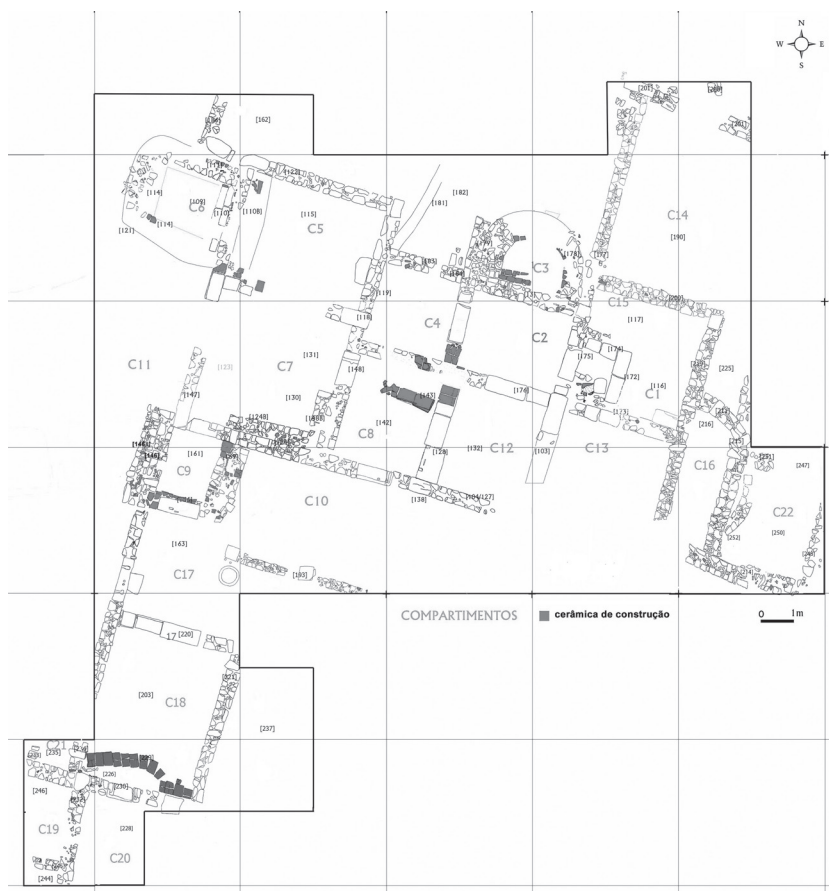


FIG. 4 – *Planta geral do Balneum I.*



FIG. 5 – Foto aérea do Balneum I.

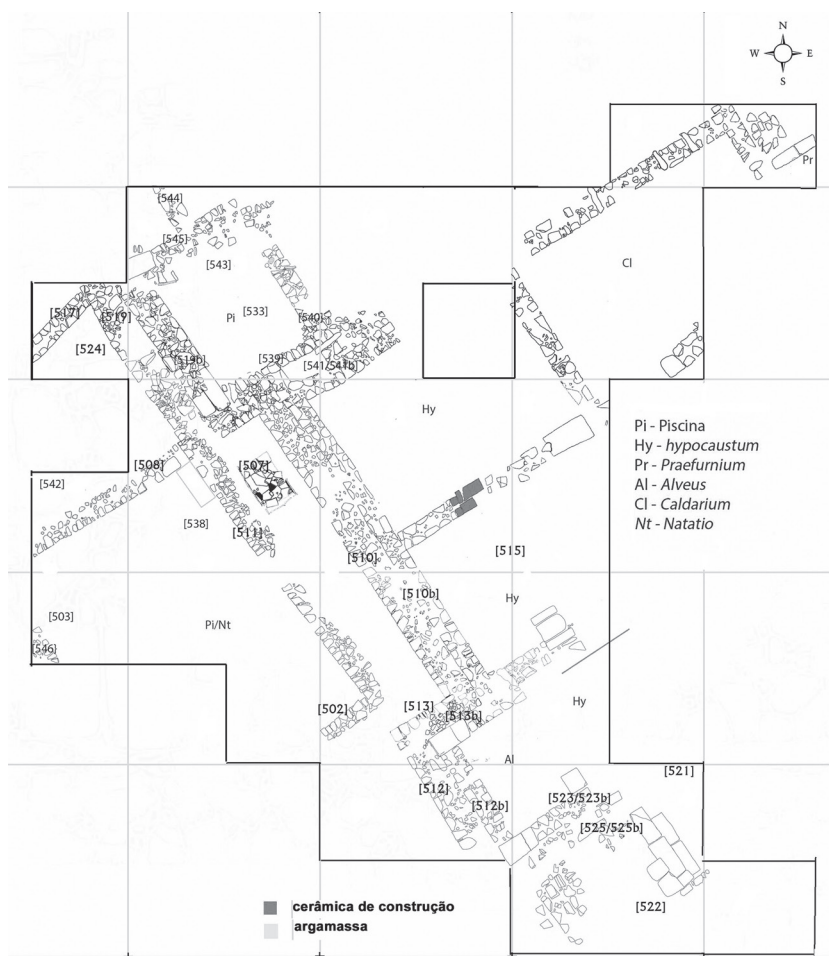


FIG. 6 – *Planta geral do Balneum II.*



FIG. 7 – Foto aérea do Balneum II.



FIG. 8 – Foto aérea geral, e planta das estruturas identificadas na Quinta do Ervedal (retirado de ROSA, BIZARRO, 2014b).